

CASO MASTER

"Nós temos soluções técnicas para o BRB"

Celina Leão se reúne com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para alinhar ações que possam recuperar o Banco de Brasília. O GDF espera aval do governo federal para buscar recursos junto ao FGC o mais rápido possível

» RAPHAEL PATI
» ROSANA HESSEL

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Celina Leão, Valdivino Oliveira (E) e Nelson de Souza tiveram um encontro com Gabriel Galípolo para definir os próximos passos do BRB

Após participar de um encontro com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, disse estar confiante sobre uma possível solução para a crise financeira do Banco Regional de Brasília (BRB). Sobre a reunião com o chefe da autoridade monetária, ela avaliou como "positiva" e que o BC poderia "contar com a garantia" de que o BRB deve resolver sua situação. "O que nos deixou mais felizes é que nós temos soluções e nenhum correntista, ninguém que tem conta no BRB, precisa ficar preocupado. Nós temos soluções técnicas para esse momento", disse a governadora em entrevista à imprensa. Além dos dois, também estiveram presentes no encontro o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira; e o presidente do BRB, Nelson de Souza.

Celina, no entanto, não adiantou quais seriam essas medidas técnicas que, segundo ela, vão além da proposta de garantia da União ao banco público. Sobre a resposta do Tesouro Nacional, ela disse que também espera um retorno sobre os documentos que devem ser exigidos pelo governo federal para conceder a garantia. No dia anterior, o GDF enviou o pedido oficial ao Ministério da Fazenda sobre um aval do Tesouro para captação de recursos destinados ao BRB. A solução encontrada pela equipe econômica da governadora é a de um pedido de empréstimo de R\$ 6,6 bilhões por meio do Fundo Garantidos de Crédito (FGC), formado por grandes bancos. "A gente notificou hoje (ontem) o Tesouro sobre isso e eles não nos responderam. Mas os nossos secretários se adiantaram e solicitaram quais são os documentos, que já estão sendo preparados (pelo GDF)", acrescentou a governadora.

A chefe do Executivo busca obter um empréstimo no FGC com o aval da União para salvar o BRB, o que vem sendo evitado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A governadora espera também uma resposta do Palácio do Planalto sobre o pedido de audiência com o presidente. Aos jornalistas, ela disse que ainda não recebeu nenhum retorno da equipe de Lula, mas que aguarda "o quanto antes". O que dificulta a ajuda do governo federal nesse caso é justamente a classificação

de risco do DF no sistema do Tesouro Nacional. Atualmente, a nota de Capacidade de Pagamento (Capag) do ente é C, uma das piores entre todas as unidades federativas do país.

Estados e municípios precisam passar por uma análise da capacidade de pagamento ao realizar operações com garantias do Tesouro Nacional. Entes como Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem nota D, abaixo da nota do Distrito Federal, pois estão no Regime de Recuperação Fiscal. Além do DF,

os Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul também possuem nota C atribuída pelo Tesouro Nacional. A pior classificação na nota do DF está relacionada com a questão da despesa corrente que consome 95,27% da receita corrente ajustada, deixando entre as mais baixas dos entes da Federação. O endividamento de 30,85% da receita corrente líquida, é considerado baixo e coloca o DF com nota A entre os entes federativos.

No ofício enviado ao Ministério da Fazenda, o GDF afirma que

a necessidade de capitalização do BRB decorre das fraudes investigadas no caso do Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025, e que provocou mais de R\$ 50 bilhões em saques do FGC para cobrir despesas com credores de instituições do conglomerado de Daniel Vercaro. "Esses eventos produzem efeitos diretos sobre a geração de caixa esperada e demandaram reforço de provisões, pressionando a posição de liquidez e os indicadores prudenciais da instituição", informou o documento.

Operações

O BRB ainda não divulgou os balanços do segundo semestre de 2025 devido aos prejuízos gerados pelas operações com o Master. Conforme as investigações da Polícia Federal na Operação Compliance Zero, foram identificadas R\$ 12,2 bilhões de títulos de crédito podres vendidos pelo Master para o BRB. O Banco de Brasília tentou comprar a instituição privada de Vercaro, mas a operação foi vetada pelo Banco Central. Agora, o GDF busca essa ajuda excepcional do Tesouro Nacional para solicitar um empréstimo junto ao FGC e injetar o dinheiro no BRB. De acordo com o governo do DF, o aporte no BRB é necessário "para restabelecer condições adequadas de solvência e liquidez, mitigar riscos de continuidade operacional e evitar efeitos adversos sobre a estabilidade do sistema financeiro regional".

Contudo, na avaliação do especialista em contas públicas Murilo Viana, mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o governo Lula não tem interesse em ajudar o GDF em pleno e, mesmo se quisesse, a regulação também não permite, porque o DF não se enquadra para ter aval do Tesouro Nacional para contrair novos financiamentos. "O DF não tem limites para isso, não só pela questão do Capag, mas por outras limitações regulamentares que precisam de autorização do Congresso", afirmou Viana. Na avaliação dele, a governadora está tentando uma especial de um "atendimento personalizado" para o GDF lidar com o caso do BRB.

"Técnicamente, é muito difícil que o GDF consiga essa garantia, porque o orçamento (do GDF) está no vermelho e não tem suporte financeiro para socorrer o BRB. E quanto mais tempo o banco demora para divulgar o balanço, mais caro vai ser para se arrumar uma solução", alertou ele.

Banco corre contra o tempo

» PAULO GONTIJO

O Banco de Brasília (BRB) enfrenta uma corrida contra o tempo em meio a um dos momentos mais delicados de sua história. Pressionado por prazos regulatórios, pela necessidade urgente de recompor capital e por uma sequência de rebaixamentos em suas notas de crédito, o banco tenta reorganizar sua estrutura financeira enquanto busca preservar a confiança de investidores e correntistas.

Em menos de um mês, a instituição precisa apresentar o balanço consolidado de 2025 até 29 de maio, prazo considerado decisivo para dar transparência à real situação financeira do banco e indicar sua capacidade de reação diante do cenário adverso. O documento é visto como peça-chave para reduzir incertezas e orientar decisões de investidores, órgãos reguladores e do próprio controlador, o Governo do Distrito Federal (GDF). Ao mesmo tempo em que precisa entregar o balanço atrasado, o banco conduz um processo bilionário de aumento de capital e tenta administrar os impactos diretos da deterioração de sua avaliação de risco. Esse conjunto de fatores coloca o BRB sob forte escrutínio do mercado.

O balanço, principal instrumento de transparência, deve detalhar

lucros, prejuízos, ativos, passivos e riscos da instituição. Especialista em economia e mercado financeiro, Newton Marques destaca que o cumprimento do prazo não é opcional. "Eles têm que entregar. É uma questão legal. Se não cumprir, haverá penalidades", afirmou.

O BRB deveria ter divulgado os números em 31 de março, mas a publicação foi adiada na noite do mesmo dia, conforme fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O BC estabeleceu que a divulgação dos balanços em atraso ocorra até 29 de maio.

Ed Alves CB/DA Press



O balanço do banco é peça prioritária para avaliação do mercado

Venda de ações

O cenário se torna ainda mais desafiador diante da sequência de rebaixamentos nas classificações de risco do BRB

- » Em 20 de março, a S&P Global Ratings rebaixou a instituição em grau especulativo, mencionando fragilidade de capital e incertezas ligadas à Operação Compliance Zero, que envolve a negociação de título podres do Banco Master. Em 2 de abril, a Moody's Local abaixou a nota do banco de BBB- para CCC+, apontando a provável necessidade de aporte de capital e fragilidades no planejamento financeiro.
- » No dia 27 de abril, a Fitch Ratings classificou o BRB em "CC", nível altamente especulativo, e retirou suas avaliações, citando alto risco de inadimplência, falta

de transparência e ausência de dados atualizados.

- » Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Berço, os efeitos são diretos no dia a dia da instituição. "A nota 'CC' é extremamente baixa e indica alto risco de inadimplência. Na prática, investidores passam a exigir mais garantias ou evitam aplicações. Para captar recursos, o banco tende a pagar juros mais altos, o que reduz a rentabilidade", explicou.
- » A sequência de rebaixamentos reforça o cenário de estresse financeiro e amplia o desafio do banco em recuperar a credibilidade junto ao mercado.

Venda de ações

- » O processo de aumento de capital, que pode chegar a R\$ 8,8 bilhões, avança em paralelo à preparação do balanço e entra agora em uma etapa crucial para o futuro da instituição.
- » Desde 22 de abril, acionistas passaram a exercer o direito de preferência na compra de novas ações. Na prática, isso significa que investidores atuais têm prioridade para adquirir os papéis que o banco pretende lançar na B3 (bolsa de valores), garantindo a manutenção de sua participação no capital.
- » Entre 29 de abril e 28 de maio, as ações ficam disponíveis exclusivamente para esses acionistas. Após esse período, eventuais sobras poderão ser ofertadas ao restante do mercado.
- » A regra vale inclusive para o

Governo do Distrito Federal (GDF), controlador do banco, que hoje detém 53,71% das ações. Para manter essa fatia majoritária, o DF precisaria adquirir o mesmo percentual dos novos papéis emitidos.

» O sucesso dessa etapa é considerado fundamental para reforçar o caixa do banco e sustentar suas operações, especialmente em um cenário de desconfiança crescente.

» O avanço da capitalização será determinante para a sobrevivência financeira da instituição. Se o aumento de capital não tiver adesão suficiente, o banco pode enfrentar dificuldades ainda maiores para honrar compromissos e manter suas operações. O mercado observa esse movimento como um termômetro de confiança.

Datas

- » **28 de maio** - Venda prioritária de ações
- » **29 de maio** - Divulgação do balanço (prazo final)